

FAMÍLIA E SEUS CONCEITOS: VISÃO ATUAL DOS ARRANJOS FAMILIARES. Cristiane Maria de Lima, Pe. Mário José Filho. - Sub-área - Serviço Social - Departamento de Serviço Social - Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Campus de Franca.

Etimologicamente, família significa “pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos” (FERREIRA, 1999, p 877). Aulete (2004, p. 362) ainda define família como “pessoas originárias dos mesmos ascendentes”.

Afirma Macedo (1994) em uma discussão a respeito do conceito genérico de família no senso comum e no campo científico que no primeiro há um consenso de que família implica a idéia de uma entidade composta de certos membros como pai, mãe e filhos, com determinadas responsabilidades (procriação e cuidados com a prole). No segundo, principalmente nas Ciências Sociais e Humanas, há o consenso de que a família é uma unidade social cuja função é a socialização das crianças por meio da educação e da transmissão da cultura, portanto, um poderoso agente para manutenção da continuidade cultural, isto é, um valor social universal. Diante disso, o conceito de família pode variar indefinidamente tanto em nível do senso comum como dos especialistas, em função do contexto.

Quanto aos estudiosos do assunto, cada qual no seu campo de conhecimento atribui significados à família, ou a definem de acordo com as categorias operacionais condizentes com a sua perspectiva. “Assim, família tem sido definida enquanto relações biológicas, de consangüinidade, padrões de residência, códigos legais, depositária da cultura, função socializadora, educativa e tantos outros critérios prefixados de acordo com os objetivos de cada um”. (Macedo, 1994, p. 63).

Historicamente a família sempre se constituiu de variadas formas por conta de seu caráter dinâmico que a fez e a faz se apresentar de maneira diferenciada de acordo com as condições sociais, econômicas e culturais vigentes. Além disso, as situações internas no seio familiar como nascimento, morte, casamento, também influenciam a dinâmica intra-familiar independente do contexto em que esteja inserida.

Contudo, na segunda metade do século XX, o debate sobre a “Nova Família” e a preocupação em compreender as suas organizações e características ganhou ênfase visto que um significativo processo de modernização das relações sociais ofereceu subsídios para o crescimento e desenvolvimento de arranjos familiares diferentes do nuclear. Por causa disso e da centralidade da família no âmbito das políticas sociais a partir da década de 1990, esta instituição principalmente a partir da década de 1960 tem sido foco de atenção de estudos, pesquisas e trabalhos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas haja vista à importância atribuída a família como espaço de desenvolvimento e socialização dos cidadãos.

Sendo assim, diferentes profissões vêm estudando o tema e cada uma delas destaca um enfoque diferente que deseja desenvolver, apresentando e validando experiências onde se encontra a família. Dr. Urbano Zilles ao apresentar o livro Família em cena, coordenado por Adriana Wagner em 2002, destaca o aumento do estudo nos mais diversos campos do conhecimento sobre a temática família onde etnólogos se dedicam a estudar as estruturas de parentesco, os juristas a analisar as leis referentes à família, os antropólogos estudam os sistemas familiares em culturas diferenciadas, os sociólogos investigam seu funcionamento na atualidade, os psicólogos analisam a sua repercussão sobre os indivíduos em suas relações dentro da família e com outras famílias e os assistentes sociais na dinâmica interativa da família com a realidade social.

Tendo em vista esta diversidade de concepções sobre o significado da família e seu papel na formação social, política, cultural, ética do indivíduo e seu papel na sociedade, analisaremos as diferentes concepções de família na literatura atual do Serviço Social e de áreas do conhecimento afins do mesmo como Direito, Administração, Economia Doméstica, Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, Educação e Teologia a fim de verificar o olhar que os estudiosos dessas áreas possuem da família (sua organização e características) no novo milênio. Estas áreas afins do Serviço Social foram delimitadas tendo em vista o fato desta profissão utilizar-se das várias ciências para decifrar a

realidade dos seus usuários e assim construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

A importância dessa pesquisa revela-se pela possibilidade de contribuir para o entendimento teórico interdisciplinar sobre o papel e função da família no novo milênio e contribuir com os profissionais que trabalham com este segmento, dentre eles o Assistente Social, a compreender o universo dinâmico e complexo que ela abrange.

Para tanto, desenvolvemos inicialmente um estudo bibliográfico sobre a origem e história da família, pois acreditamos que isto é importante para a contextualização do nosso objeto de estudo e para que traga contínuas indagações quanto à formação desta instituição que se configurou anteriormente aos primórdios da civilização. Posteriormente, utilizamos como fonte de dados a pesquisa bibliográfica, documental e da Internet em artigos, livros e teses dos programas de pós-graduação das já elencadas áreas direcionados ao estudo da família de 2000 a 2006. O recorte temporal foi definido com o intuito de analisar as concepções do novo milênio sobre família. A forma de análise dos resultados foi a construção do referencial teórico que contenha a compilação dos conceitos nas áreas elencadas.

Destacou-se no estudo preliminar que abarcou a fase de estudo bibliográfico sobre a origem e história da família o fato desta instituição ao longo da história se constituir como instituição central na sociedade cujos movimentos de organização e reorganização estão relacionados diretamente com a dinâmica da realidade social.

Compete ressaltar que a industrialização e o processo de urbanização desencadeado na Europa no Século XVIII foi o estopim para que metamorfoses na família começassem a insurgir contra o patriarcalismo que desde a gênese da família monogâmica na fase anterior ao surgimento da civilização legitimou a autoridade do homem sobre a família e seus membros.

A família aos poucos passou da esfera pública, ou seja, da produção econômica assentada numa economia familiar extensa para a esfera privada, onde os indivíduos atribuíram um valor maior a privacidade de seus membros distanciando-se da comunidade que deixou de interferir nos assuntos domésticos. Neste período a família nuclear burguesa composta por pai, mãe e filhos se consolidou no meio social como modelo de família perfeita a se seguir já que ela era fundada no matrimônio civil e religioso, tendo como objetivo a procriação cujas relações intra-familiares eram pautadas na reciprocidade de afeto entre pais e filhos. Os papéis sexuais eram bem definidos, ao homem era atribuída a função de ser o provedor da casa e a mulher o cuidado com os filhos e com os afazeres domésticos. Pelo fato do homem ser o provedor exclusivo da família este era imbuído de autoridade dentro da família.

Com a intensificação do processo de industrialização/urbanização ocorreu uma contínua inserção feminina no mercado de trabalho e nos mais diversos espaços públicos que a partir dos anos 1960 se intensificou em virtude da necessidade de maior número de mão-de-obra nas indústrias, da pressão pelo consumo de bens e serviços e pela necessidade da mulher complementar o orçamento familiar haja visto o fato da situação dos homens como provedor da família se agravar em decorrência da política neoliberal que valoriza entre outras coisas a prestação de serviços em detrimento do emprego de carteira assinada.

Este fato contribuiu para que a mulher participasse ativamente do orçamento doméstico, conferindo-lhe uma nova posição na estrutura familiar e uma relativa ou total independência econômica, desta forma, a esposa pôde compartilhar com o marido, não só a provisão do lar, como também as tarefas domésticas que eram realizadas exclusivamente por elas. Observa-se portanto, uma ruptura entre papéis públicos e privados atribuídos segundo o gênero e a mulher neste contexto passa a almejar a realização profissional e construir projetos de vida voltados para a esfera pública.

Como consequência desse fenômeno, movimentos de luta feminista foram desencadeados na história a fim de discutir sobre a condição feminina, propondo a igualdade de direitos para as mulheres no trabalho e na família. Neste contexto, as concepções de deveres e direitos entre os sexos sofreram sensíveis alterações que reordenaram as relações familiares e os papéis vividos pelos seus membros, abrindo portas para novas formas de organização familiar, inclusive a união de casais homossexuais com ou sem filhos, e novas conquistas legais referentes ao Direito de Família, dentre eles o divórcio.

No Brasil, a Lei do Divórcio (nº. 6515 de 1977) fez com que “... o modelo tradicional de família monogâmica e inseparável até a morte de um dos cônjuges fosse colocado ‘contra a parede’” (GRZYBOWSKI, 2002. p.41). O casamento deixou de ser indissolúvel e passou a ser caracterizado como um simples contrato legal (bilateral e solene), perdendo seu caráter de sacralidade.

A dissolução dos casamentos associada à fatores demográficos como o envelhecimento da população e desigual taxa de mortalidade entre os sexos leva a constituição de lares que Castells (2002) denomina como solteiros ou lares com apenas um dos pais. Além disso, as crises matrimoniais sucessivas e também a dificuldade na atualidade de compatibilizar casamento, trabalho e vida associam-se a outros fatores importantes como o adiamento da formação de casais, a formação de relacionamentos sem casamento (união estável) que de certa forma enfraquecem a autoridade patriarcal (institucional e psicológica) pela inexistência de uma legalização matrimonial e incitam a formação de novos arranjos familiares.

Dados de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos Indicadores Sociais 2004 ratificam a emergência de arranjos familiares diferentes do nuclear pelos fatores que abordamos acima cujas tendências mais significativas dizem respeito a redução do tamanho da família, em função do rápido e intenso processo de redução da fecundidade nas últimas décadas e o crescimento do número de famílias cuja pessoa de referência é uma mulher, ocorrido não só pelo ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos como também resultado do aumento da esperança de vida ao nascer das mulheres e, por conseguinte, do aumento de mulheres na condição de viúvas.

Nos dez anos que abrangem o período de 1993 a 2003, as famílias com mulheres como pessoa de referência (famílias monoparentais femininas) passou de 22,3% para 28,8%, o que significa um crescimento relativo de quase 30%.

Além das famílias monoparentais femininas e da família tida como ideal, Calderón e Guimarães (1994) constataram o surgimento de outros tipos familiares nas últimas décadas como famílias monoparentais masculinas, famílias com base em uniões livres sem o casamento civil e religioso, mães/adolescentes solteiras que assumem seus filhos, mulheres que decidem ter filhos, dentro do que é conhecido como “produção independente”, ou seja, sem o casamento e o convívio com o pai da criança, famílias formadas por casais homossexuais e famílias formadas por pessoas convivendo no mesmo espaço sem laços de aliança ou consangüinidade, mas com ligações de mútua dependência e responsabilidade.

Kaslow (2001) apud Szymanski (2002) traz outros tipos de composição familiar como as famílias extensas (incluindo três ou quatro gerações); famílias adotivas temporárias; famílias reconstituídas pela separação ou divórcio.

Todas estas diferentes formas de organização familiar retratam que na atualidade “[...] a família brasileira está moldando uma nova cultura e um novo modo de viver, que não se adequam mais aos modelos patriarcal e burguês, pois em seu tecido familiar estão imbricados as suas próprias particularidades, peculiaridades e valores”. (ÁLVARES, 2003. p.48). Os indivíduos se unem buscando a satisfação conjugal, sexual, assim como o bem-estar dos membros da unidade familiar.

Diante desses fatores, o surgimento dessas novas relações sociais e familiares levanta polêmicas no meio social e no interior da família ao contraporem as normas características e os princípios fundamentais da família nuclear. Isto ocorre devido a forte presença de valores ideológicos, culturais acerca do que seja a família ideal. E também pela reprodução desses valores por intermédio dos meios de socialização (escola, Igreja) e de comunicação (televisão). Apesar da diversidade de formas de organização familiar que nos mostram que não houve durante o período histórico um modelo único de família, verificamos que há sempre um que é hegemônico. E o modelo que está presente até os dias atuais como modelo ideal é a família nuclear. Esta hegemonia de um padrão familiar faz com que a emergência de outros modos de organização familiar pareçam patológicos “fora da normalidade”.

Neste contexto é contestada a função do provedor da família que nessas novas organizações familiares não é mais atributo exclusivo do homem, mas também da mulher devido sua inserção no mercado de trabalho. A chefia da família também não é uma exclusividade da figura masculina, como podemos observar pelo aumento do número das famílias monoparentais femininas.

Devemos considerar que o choque desses valores reflete nos membros das novas famílias. Eles vivem uma dicotomia no seu modo de pensar e viver a família, pois também idealizam a família segundo o modelo transmitido pela ideologia dominante.

Szymanski (1992) retrata bem isto ao colocar que a família pensada é o que muitos consideram como a correta, boa e desejável e a família vivida refere-se aos modos de agir habituais dos membros de uma família conforme operam mudanças no seu cotidiano.

Com todas essas mudanças no seio da família, muito se tem falado de uma crise desta instituição e do fim do patriarcalismo.

Com relação a instituição família é importante compreender que as estruturas familiares modificam-se conforme a sociedade, elas são heterogêneas e possuem uma diversidade peculiar que deve ser compreendida e respeitada.

Afirmar que é o fim do patriarcalismo nas relações familiares e sociais com estas novas transformações operadas em seu âmbito é ingenuamente desconsiderar o poder “imperial” patriarcal construído ao longo da história e que fortemente está presente nas relações dentro da sociedade.

Temos ciência de que os rumos da História não são estáveis e pré-determinados e por isso tanto poderemos alcançar e vivenciar um momento histórico em que as relações sociais estejam destituídas de valores patriarcais como também um em que o patriarcalismo mais do que nunca governe a forma de viver dos indivíduos e da família. E também continuar vivenciando momentos como o de agora em que valores tradicionais convivem lado a lado com novas formas de pensar as relações familiares, novas relações entre os gêneros e concomitante novas relações sociais.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, Luciana de Castro. **Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba-MG**. 152f. Dissertação (Mestrado Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Família: a crise de um modelo hegemônico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 46, p.21-34, dez.1994.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez. Famílias monoparentais: mulheres divorciadas chefes de família. In: WAGNER, Adriana (Coord.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e Socioeconômica. Síntese dos Indicadores Sociais 2004. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2004/indic_sociais2004.pdf>. Acesso: 31/07/06.

MACEDO, Rosa Maria. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 62-68, nov. 1994.

SZYMANSKI, Heloisa. Trabalhando com famílias. **Caderno de ação**, São Paulo, n. 1, mar. 1992.

_____. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.71, n. 23, p. 9-25, 2002.

WAGNER, Adriana (Coord.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002.